EDITORIAL

O conceito de desenvolvimento segue, ainda hoje, na condição de mito, envolto em objetivos abstratos como investimento, exportações e crescimento, tal como preconizado há décadas no pensamento furtadiano. Embora o processo de desenvolvimento econômico, marcado pela ampliação do volume de consumo, tenha envolvido um conjunto de iniciativas que alteraram as estruturas sociais, este não resultou no desenvolvimento essencialmente social, na melhoria na qualidade de vida da população, em geral, na ampliação do acesso aos benefícios oriundos do crescimento econômico a toda a sociedade.

Sabe-se que a adoção de modelos de consumo mimetizando os padrões de vida dos povos cêntricos não abarca a todos os povos e a todas as camadas sociais, carendo ao sistema econômico, a possibilidade de gerar a superação de seus próprios óbices. A desejada equidade na distribuição e acesso aos bens não econômicos, tais como educação e saúde com também o atendimento às necessidades básicas da população continuam como metas distantes.

A busca incessante de redução das desigualdades econômicas e sociais e a ampliação de melhores condições de bem-estar para a totalidade da sociedade configura um desafio e, ao mesmo tempo um dever. E neste cenário, o processo de exclusão social se opõe ao ideário de desenvolvimento social e fortalece as imensas disparidades sociais e as demais características determinantes do conceito de subdesenvolvimento.

Este volume dedica-se justamente ao exame e discussão de alguns aspectos que tematizam a relação entre inclusão e desenvolvimento social no cenário atual e terá alcançado seu objetivo se lograr incitar o aprofundamento e a discussão acerca de tais fenômenos.

Esse dossê especial “**Dossie Inclusão e Desenvolvimento Social**” segue a política editorial da Revista **Humanidades e Tecnologia** que prima pela interdisciplinariedade em seu sentido mais amplo, valorizando as participações dos cientistas dos mais diversos campos de saberes. No caso está composto por cientistas de diversas áreas do saber e está assim constituído:

Tânia Maria de Freitas Rossi examinou a efetividade da política social de democratização do acesso à Educação Superior do Programa Universidade para Todos - ProUni, como estratégia para gerar inclusão social, desde a perspectiva de estudantes bolsistas

em instituições privadas de ensino superior beneficiados pelo Programa, no Distrito Federal. Participaram do estudo, mediante entrevista, 110 estudantes bolsistas do ProUni, matriculados em 3 instituições de ensino superior privadas, instaladas no Distrito Federal. Utilizou-se a abordagem qualitativa e as falas foram submetidas à análise de conteúdo. Os resultados indicaram que, quanto à trajetória e os motivos da escolha do curso e da profissão, apenas 28,2% o fizeram como base na análise de si mesmo, das aptidões que reconhecia ter, dos desejos e expectativas em relação à vida.

Victor Gomes de Paula demonstrou que a educação superior tem sofrido alterações em sua configuração estrutural e organizacional, o que tem suscitado preocupação com o seu estado de expansão e evolução. De acordo com o autor nos últimos 20 anos, iniciou-se uma ampla reforma das políticas públicas que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente, da educação superior privada. Para ele as constantes transformações empreendidas pelos governos e pela sociedade estão mudando o papel do professor, bem como as funções das universidades, conduzindo-os a um processo de adequação constante para atender às novas demandas e exigências.

As pesquisadoras **Giselda Jordão Carvalho e Lênia Márcia. Gonçalves** afirmam que as atividades psicomotoras influenciam de maneira decisiva no desenvolvimento cognitivo das pessoas com deficiência intelectual, colaborando para com o processo de inclusão educacional. Diversos autores concordam sobre a relação existente entre o desempenho psicomotor e a aprendizagem da leitura, escrita e habilidades matemáticas. Para as autoras pode-se dizer que todas as crianças que são estimuladas, por meio da psicomotricidade, apresentam avanços importantes em seu desempenho escolar geral, inclusive, aquelas com deficiência intelectual.

Marcelo da Silva Marinho e Fabiane Tedesco afirmaram que sabendo que o Desenvolvimento Sustentável é aquele que visa suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer as futuras, em nível social, ambiental, econômico, político, cultural e tecnológico, as práticas de inclusão e educação ambiental sustentável contribuem para a modificação dos hábitos e atitudes de alunos do ensino fundamental e do ensino médio quanto à percepção que eles possuem da natureza. Conforme os autores o objetivo deste artigo é o de apresentar a importância da implantação de uma Horta-Escola como prática de inclusão e educação ambiental sustentável, na Escola Espírita Gilson de Mendonça Henriques, em Luziânia-GO.

Sônia Regina Basili Amoroso se ocupou em discutir como tem sido a inclusão destas pessoas no Ensino Superior, concebendo que a educação é uma forma de diminuir a pobreza e propiciar pertencimento e participação social a todos. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, cujas discussões se amparam em dados do Censo da Educação Superior e na vivência da pesquisadora, docente no ensino superior.

O professor **Nilo Silvio Costa Serpa** introduz o conceito de campo ontológico na tentativa de criar uma sólida base teórica para análise e compreensão das razões sociais urbanas que levam à exclusão. A área de estudo escolhida foi a cidade de Brasília e seus arredores, cobrindo um raio de 80 km a partir da Esplanada dos Ministérios.

Luís Felipe Perdigão de Castro debate como o Entorno de Brasília foi delimitado, legalmente, nas mais recentes regulações da RIDE e da região metropolitana. Indo além da dimensão jurídica, debate-se também como a realidade regional pode ser entendida na relação de centro-periferia, marcada pelo vazio de políticas públicas que pensam o Entorno a partir de suas rupturas e continuidades históricas.

Robson Pedro Veras objetivou demonstrar como a liberdade pode ser ente de definição social ou de exclusão. A constituição do texto dar-se-á de forma a conduzir o leitor a constituir fio condutor de análise da ação daqueles que moram ou não no Entorno do Distrito Federal, prescrevendo, sobretudo, a condição de ação daquele que age.

Thompson Magalhães Ferreira e Marcelo da Silva Marinho demonstraram que as novas tecnologias de informação e comunicação estão causando profundas transformações socioculturais, de tal forma que sua democratização exige uma atenção cuidadosa dos governos e especialmente das suas áreas educacionais. O objetivo dos autores é apresentar uma breve revisão bibliográfica da relação entre as novas tecnologias de informação e comunicação com a sociedade, no contexto sustentável, que é aquele que visa suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras. Os pesquisadores realizaram um estudo bibliográfico, buscando a análise da relação entre as novas tecnologias apoiarem a transmissão e aquisição de informações entre gerações, e a necessidade das novas gerações saberem usar a tecnologia de forma racional e informada. O papel da escola também foi tema de análise. Para eles mesmo que a grande maioria dos países enfrente ações para integrar as novas tecnologias

à vida escolar, é um processo complexo, especialmente, quando se percebe a quantidade de incógnitas em torno deste tópico.

As pesquisadoras **Carla de Fátima Nascimento Queiroz de Paula e Tânia Maria de Freitas Rossi** realizaram um mapeamento dos mobiliários e equipamentos urbanos disponíveis na Praça Raimundo de Araújo Melo e a identificação das condições de acessibilidade plena do espaço. Utilizaram-se as diretrizes da NBR 9050 para fins de identificação das conformidades e não conformidades do espaço estudado, bem como os princípios do Desenho Universal para a conceituação da acessibilidade plena. De acordo com as autoras os resultados mostraram que há irregularidades importantes nos aspectos relacionados à orientação espacial, condições de circulação e dos mobiliários da praça. Sugere-se a elaboração de um projeto de reestruturação do local a partir da participação social, considerando os usuários e seu comportamento, de modo a serem respeitadas as diretrizes da acessibilidade plena.

Gilson Xavier de Azevedo, Robson Pedro Veras e Carolina Teles Lemos objetivaram refletir sobre alguns aspectos e momentos da história social das mulheres dentro de um contexto religioso, compreendendo a cultura grega, romana, católica, protestante e moderna. Para eles alguns referenciais selecionados permitiram olhares rápidos e específicos dessa condição, focando sobremaneira os momentos em que sua dimensão social está mais em voga. A história social das mulheres é sempre um legado de dominação que advém da religião, força masculina e do progresso histórico.

Dariele Oliveira Dias e Maria Célia da Silva Gonçalves realizaram um estudo de caso sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres para a inserção no mercado de trabalho após graduadas e habilitadas no registro da Ordem dos Advogados do Brasil. A pesquisa de abordagem qualitativa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso na cidade de Paracatu/MG, utilizando os dados divulgadas pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e foi realizado por meio de um questionário com (quatro) profissionais da área jurídica que atuam no Município de Paracatu/MG.

Ailton de Souza Gonçalves e Ana Caroline dos Santos Fernandes discutem a assertiva dos problemas identificados no sistema prisional que dificulta o apenado na inclusão social. Para eles o surgimento e o desenvolvimento da metodologia aplicada nas APACs são

classificados como uma alternativa do sistema carcerário no cumprimento de penas privativas de liberdade. Inclui a ressocialização dos apenados nas atividades diárias do método APAC, oferece ao indivíduo novos meios de aprender novas funções para que o seu estágio de inserção na sociedade seja possível. Aplicando a terapêutica penal própria constituída por 12 elementos fundamentais para o alcance desses objetivos, para que o sentenciado seja auxiliado para sua inclusão na sociedade.

Esperamos que esse novo conjunto de contribuições seja apreciado para fins de leituras e pesquisas por investigadores, professores e alunos que estão preocupados em contribuir com o avanço das pesquisas no sertão mineiro. Agradecemos aos autores a contribuição nesse décimo quinto número e já deixamos o convite para participação no próximo.

Damos as boas vidas aos novos membros do conselho e editorial e agradecemos a todos pela valiosa colaboração no processo de avaliação dos artigos. Desejamos a todos uma boa leitura!

Organizadoras

Profa. Dra. Tânia Rossi- UNIDESC

Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves- FINOM